

TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS RUAS: O CASO DE MINAS GERAIS

Frederico Poley Martins Ferreira*

RESUMO

Esse trabalho analisa uma experiência conjunta de combate à ocupação de crianças e adolescentes nas ruas dos 21 maiores municípios de Minas Gerais. Parte-se da constatação de que é muito difícil desenvolver políticas de caráter intermunicipal e inter-setorial, como as de âmbito Estadual para questões relativas ao trabalho infantil e especialmente, aquele realizado nas ruas das grandes cidades. Observa-se que existem experiências e uma legislação bem desenvolvida a respeito desse tema, porém e concomitantemente uma diversidade enorme de conceitos, ações, instituições e formas de lidar com a questão.

Palavras-Chave: Crianças e Adolescentes, Trabalho nas Ruas, Metodologia, Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

O tema trabalho¹ de crianças e adolescentes no Brasil não é novo. As discussões e ações sobre essa questão têm merecido maior atenção por parte tanto do Estado como da sociedade há pelo menos, 18 anos, quando entre outros fatos o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi aprovada.

Nesse período uma serie de experiências exitosas foram desenvolvidas com relação ao trabalho infantil nas ruas, tanto por iniciativas do terceiro setor, como por ações sociais de empresas e ainda pelo próprio Estado. Entre os casos mais freqüentes têm-se os diversos trabalhos e programas de transferência de renda, ações voltadas para a formação e qualificação de jovens, campanhas publicitárias, acompanhamento de famílias, construção e manutenção de abrigos, aumento da fiscalização trabalhista e o aperfeiçoamento da legislação. Além disso, do ponto de vista institucional tem-se a criação dos mais diversos Conselhos da Criança e do Adolescente, nas esferas federal, estadual e municipal e também o

-
- Pesquisador da Fundação João Pinheiro.
 - Este artigo é um dos resultados da Pesquisa População de Rua financiada com recursos da FAPEMIG.

desenvolvimento dos Conselhos Tutelares, promotorias especializadas e das próprias Delegacias Regionais do Trabalho. (IBGE, 2006)

Mesmo com a melhoria das ações e o esforço de muitas instituições, o problema do trabalho infantil, de forma geral, e especificamente o trabalho infantil nas ruas, ainda é persistente demandando, sem dúvida, esforços de melhor qualidade. São necessários mais conhecimentos dos empecilhos que efetivamente barram uma maior efetividade das políticas voltadas para essa questão social.²

Analisando diretamente o trabalho de crianças e adolescentes nas ruas, observam-se de forma freqüente pelo menos três grandes problemas relacionados à formulação e implementação de políticas públicas:

O primeiro é a falta de conhecimento, de fato, de quem são e quantos são esses jovens; o segundo se refere a quais são as instituições, serviços, programas, projetos e ações que atendem de fato a esse grupo. E o terceiro que em grande medida se relaciona com o segundo é, até onde a atuação dos vários níveis de governo, terceiro setor e sociedade civil estão integrados para que as ações sejam eficientes e eficazes.

No que se refere à identificação dessas crianças, ocorre uma série de questões e discussões metodológicas que justificam as dificuldades encontradas na abordagem e no desenvolvimento de ações específicas.

Entre outros aspectos, a complexidade se reflete na própria profusão de definições sobre crianças de rua.

Nesse sentido Rizzini (1995) pontua que:

Observa-se uma tendência a incluir as crianças estudadas na categoria geral “meninos de rua” ou “niños de la calle”, como uma espécie de denominação padronizada, que se tornou altamente popular na década de 80. Sob o termo “meninos de ruas”, encontra-se uma multiplicidade de tipos de crianças ou jovem, como por exemplo: do sexo masculino ou feminino; aqueles que passam apenas parte do seu tempo nas ruas; aqueles que dormem nas ruas; jovens de 15 a 18 anos, que

normalmente não seriam chamados de “meninos” ou “niños” e assim por diante. (RIZZINI 1995, pp.37)

Assim sendo, os estudos voltados para a questão da criança e do adolescente nas ruas são extremamente multifacetados. De acordo com Koller (1996): “Um aspecto relevante nesses estudos é a questão da utilização do espaço da rua enquanto fonte de recursos para subsistência e socialização para algumas dessas crianças.” (KOLLER 1996, pp.113)

Por outro lado, considerando-se as pesquisas oficiais de caráter domiciliar, como por exemplo, os Censos Demográficos ou mesmo as Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNAD) é muito complexo identificar quem de fato seriam essas crianças em situação de rua. Seja devido ao aspecto de não identificar o que as crianças e adolescentes fazem nas ruas, já que muitos estão nos setores informais da economia, seja devido ao fato de muitas famílias que se mantêm nas ruas não possuírem domicílio.

Dadas essas diversidades de enfoques, é complicado dimensionar ou mesmo realizar estudos comparativos numa perspectiva mais geral, como, por exemplo, a estadual ou mesmo nacional. Muitas vezes, cada município, entidade ou organização trabalha com um conceito de criança em situação de rua e, conseqüentemente, um público diferente. Isso se torna um grande complicador quando são realizadas políticas públicas de cunho nacional, estadual, ou mesmo metropolitano.

Com relação ao segundo problema, ao das diversas instituições, serviços, programas, projetos e ações que de fato atendem as crianças e adolescentes nas ruas. Observa-se uma multiplicação de intervenções diretas e indiretas. Todas elas partindo de múltiplos critérios, condicionalidades, filosofia de abordagem e fontes de financiamento e culminando também numa grande diversidade de serviços. Muitos estados e mesmo municípios desconhecem profundamente toda a rede de atendimento instalada. (aqui entendida como a rede de serviços prestada pelos vários setores, público, privado e não governamental).

Nesse caso, Silva e Mello (2004) relatam o aspecto da diversidade de instituições, para o contexto específico dos abrigos:

Na prática, os agentes encarregados da implementação dos programas de abrigos são, na maioria, entidades assistenciais que atuam segundo suas próprias crenças, nem sempre coincidentes com os objetivos e princípios da LOAS e do ECA. De fato, o atendimento em serviços de abrigo para crianças e adolescentes sempre teve maior participação de instituições filantrópicas e religiosas do que de serviços governamentais. (SILVA e MELLO, 2004 pp. 28)

Sem dúvida cabe conhecer, cadastrar e avaliar a efetividade das diversas ações desenvolvidas por todas essas organizações.

É interessante observar que, a priori, não se pode considerar a diversidade de programas, políticas e ações como um aspecto não desejável, pois, como observado, exatamente, uma das características das crianças em situação de rua é a multiplicidade de contextos situações e demandas.

A padronização, ou em última análise a burocratização, no caso desse público pode significar até uma redução da eficácia das ações como observado por Conceição e Sudbrack (2004) para o caso específico de instituições públicas de atendimento.

A literatura específica sobre as instituições de atendimento a crianças e adolescentes aponta que o modelo ditado pelas relações burocráticas de trabalho – onde o funcionário público é treinado a prestar atendimento – é isento de afetividade, reproduzindo a desigualdade e impossibilitando a construção de vínculos humanos. Portanto, este modelo de interação perpetua a condição de abandono das crianças institucionalizadas. (CONCEIÇÃO e SUDBRACK 2004 p.15)

De uma maneira geral, as ações envolvidas para o combate ao trabalho infantil, e especialmente o trabalho infantil nas ruas, são complexas e de média e longa duração. As ações públicas e os serviços ofertados devem observar essa característica dos problemas abordados. Nas palavras de Impelizeri (1995)

Alem dos determinantes macroscópicos da pobreza, há também circunstâncias como o infortúnio individual ou conflitos domésticos que não podem ser efetivamente influenciados por políticas governamentais. Ao lado da mera existência de instrumentos legais para proteger os direitos das crianças e preciso haver agentes imparciais e potentes para fazê-los efetivamente respeitados. (IMPELIZIERI 1995, p. 121)

Assim, existe a necessidade de racionalização, principalmente dos órgãos públicos, tanto para a fiscalização como para o estabelecimento de ações de planejamento e cumprimento da legislação, incluindo-se nesse aspecto a elaboração geral das políticas e a de definição de metas e incentivos.

Nesse contexto, também é comum ocorrerem problemas relacionados à disputa por espaços entre diferentes instituições, sejam elas de caráter público, privado ou não-governamental. Entre outras conseqüências, por exemplo, observa-se a duplicidade de atendimento, ou seja, um mesmo individuo beneficiário de vários programas similares. Felizmente, o desenvolvimento dos cadastros unificados tem auxiliado muito na redução desse problema, especialmente os relacionados aos programas governamentais.

Muitas vezes, instituições de caráter público e que, em última análise, possuem objetivos semelhantes, apresentam grandes dificuldades em trabalhar de forma articulada e coordenada. Tem-se como exemplo, a falta de integração de muitos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

A essa problemática ainda agrega-se o problema da informalidade das instituições. Quando se discute a atuação do informal observa-se que ela pode ocorrer de diversas formas e em diferentes níveis. Porém, entre as principais causas/conseqüências da informalidade tem-se a falta de acompanhamento e controle dos órgãos e conselhos responsáveis. Além da dificuldade em se estabelecer parcerias e definir estratégias e ou políticas de caráter inter-setorial junto a outras instituições, já que, muitas vezes, os informais têm dificuldades de estarem mais expostos e participar ativamente na formulação e execução das políticas públicas.

Por último, a questão da integração entre os vários níveis de governo. Mesmo havendo, nos últimos anos, um considerável esforço no sentido de se estabelecer um marco legal a nível nacional, o desenvolvimento de políticas e planos nacionais, relacionados à criança e ao adolescente, como, por exemplo, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, ainda falta uma maior integração, especialmente, no nível local, onde de fato os problemas se manifestam e onde, em última análise as ações deveriam ser executadas.

Além disso, tradicionalmente, no Brasil as políticas sociais ainda são muito afetadas pelo contexto político-partidário. Onde, em muitas situações, as ações sociais ainda assumem um caráter fortemente clientelístico e assistencialista.

Esse aspecto associado às tradicionais deficiências de pessoal técnico especializado se reflete de forma profunda na formulação e na execução de políticas sociais estaduais ou mesmo nacional. Especialmente em localidades, onde aparecem divergências de caráter político, podem ocorrer desde o descomprometimento explícito com o sucesso da política até outras reações de caráter mais velado. Entre elas, a falta de comprometimento com a qualidade das ações, criação e desenvolvimento de “brechas” nos instrumentos de controle dos órgãos de acompanhamento e fiscalização externos.

O CASO DE MINAS GERAIS

A partir da evolução dos indicadores sobre trabalho de crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais, juntamente com as demandas por ações, nesse setor, relacionadas ao acolhimento das crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente-CEDCA. (Conselho composto por representantes dos mais diversos órgãos e setores no Estado), além do próprio, o órgão executivo estadual, (Coordenadoria Especial de Política Pró-Criança e Adolescente - Cepcad, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais - Sedese). Decidem pela elaboração de um diagnóstico e pelo desenvolvimento e financiamento de ações para as crianças e adolescentes trabalhadores.

Inicialmente, foi formado um Grupo de Trabalho, composto por várias entidades parceiras, que inclusive tem assento junto ao Conselho Estadual, dentre elas: Ministério Público Estadual, Delegacia Regional do Trabalho, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Comissão de Políticas Públicas, Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente - FECTIPA, Fundação João Pinheiro-FJP além da própria Secretaria Estadual de Defesa Social – SEDESE.

Um dos pontos de partida mais importantes foi a necessidade de se definir os critérios de seleção dos municípios no Estado a serem inicialmente focados no trabalho, dado que o estado em 2007 possuía mais de 800 municípios.. Contornou-se essa questão, ao se considerar que o trabalho infantil nas ruas é mais freqüente junto às maiores aglomerações urbanas. Dessa maneira, o critério de grande e médio porte das cidades foi fundamental na escolha dos municípios inicialmente participantes da pesquisa.

Além disso, a vivência de acompanhamento e atuação junto às crianças e adolescentes nas ruas nos municípios do estado pelos diferentes parceiros permitiu que também fossem definidos além do porte, aqueles municípios que apresentavam maior freqüência relativa de crianças nas ruas.

Consensualmente, os municípios escolhidos foram: Almenara, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ibitité, Ipatinga, Janaúba, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Ouro Preto, Poços de Caldas, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Teófilo Otoni, Uberaba e Uberlândia. Esses municípios em conjunto, representam aproximadamente, 35% da população de Minas Gerais, sendo que, sete deles compõe a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Ibitité)

No processo, após as escolha dos municípios foram discutidos os aspectos abordados na introdução desse trabalho, a saber: desconhecimento do público, desconhecimento da rede de atendimento de sua qualidade e efetividade, dificuldade de integração das diversas esferas de governos. Considerou-se a necessidade de que metodologia que fosse formulada para a obtenção de dados e a elaboração do diagnóstico e dos planos municipais de combate ao trabalho infantil nas ruas também deveriam ter o papel de procurar combater ou minimizar os efeitos de alguns problemas ou questões no próprio desenvolvimento da política pública..

Após essas etapas, empiricamente, os objetivos estabelecidos foram realizar pesquisa sobre crianças e adolescentes em situação de trabalho no Estado de Minas Gerais como um todo, a partir de dados secundários (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD's e Cadastro Único da Assistência Social) e, especificamente, desenvolver um conceito único e operacional, do que seriam as crianças e adolescentes em situação de trabalho nas ruas e realizar uma pesquisa do tipo “survey” nos 21 municípios selecionados. Esse trabalho deveria ser feito em conjunto com as respectivas Prefeituras Municipais e entidades locais como Organizações Não Governamentais, igrejas, delegacias, órgãos regionais e as mais diversas organizações estaduais, federais e municipais que atuassem nos municípios com o tema da criança e do adolescente.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

Consensualmente, o conceito utilizado para crianças e adolescentes de rua no desenvolvimento da pesquisa foi o elaborado por Rizzini (2003):

Criança em situação de rua: Crianças e adolescentes que se movimentam entre suas casas, as ruas e as instituições, em busca de proteção e de um lugar onde se sintam pertencentes, sendo diversos os fatores que determinam os processos excludentes que afetam a vida de cada uma destas crianças e suas famílias.

Assim, ao se desenvolver levantamentos e ações para grupos de rua, têm-se problemas de várias ordens que vão desde a operacionalização da definição utilizada, a identificação do público e a localização dessas pessoas. Tudo isso dificulta sobremaneira a enumeração, a formulação e a execução de políticas públicas para essas pessoas.

Nesse sentido, e de acordo com Ferreira e Machado (2007)

..., ao se trabalhar com a população de rua deve-se ter em mente que esta categoria social tem por característica básica a “multidimensionalidade”. A rua abriga uma grande diversidade de moradores, que, pelas mais diversas razões, formas, situações ou períodos de tempo acabam não estando abrigados em um domicílio e vivendo situações crônicas de exclusão, segregação e preconceito. Desta forma, os problemas identificados, as políticas públicas e os trabalhos voltados para este grupo devem também ser, antes de tudo, multifacetadas, ou seja, não devem ser tratadas a partir de apenas uma área do conhecimento específica, ou de forma setorial, sob o risco de não se alcançar estas pessoas e seus verdadeiros problemas. (FERREIRA e MACHADO, 2007, p. 115)

Esses aspectos acabam por criar pelo menos duas grandes dificuldades operacionais para os levantamentos que poderiam ser realizados por entrevistadores profissionais, porém não familiarizados com esse público.

A primeira diz respeito à própria identificação dessas crianças e adolescentes nos espaços públicos. É importante ressaltar que crianças circulando ou brincando nas ruas não necessariamente, são crianças em situação de rua, fato que dificulta sobremaneira esse tipo de levantamento. Também existe a questão da dupla enumeração, já que nesse tipo de pesquisa normalmente, a cidade é dividida em setores, com equipes percorrendo cada localidade, em vários turnos do dia.

A segunda dificuldade se refere à abordagem dessas crianças e adolescentes nas ruas. Dado o contexto próprio que esse público está inserido como, por exemplo, histórico de violências, remoções, fiscalizações, discriminação... A aproximação para uma entrevista acaba por se tornar uma tarefa complexa.

A solução encontrada foi exatamente, envolver os profissionais das diferentes prefeituras e entidades municipais, inclusive não-governamentais, que já lidavam com essas crianças.

É interessante observar que com o desenvolvimento das políticas sociais e a maior garantia de direitos (a própria discussão e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente,

além da organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, contribuíram muito para isso) fez com que boa parte das Prefeituras municipais tivesse que organizar setores voltados para, pelo menos, a execução e acompanhamento de programas de desenvolvimento social. Muitas das maiores cidades acabaram por instituir, permanentemente, serviços de abordagem de rua, envolvendo uma série de profissionais, inclusive educadores de rua. (IBGE, 2006)

Nesse contexto, e especificamente no caso dos educadores de rua, Rizzini e Butler (2003) observam que:

No Brasil, particularmente, estes educadores, que despontaram logo após o período de ditadura militar, têm sido uma presença importante até hoje nas vidas destas crianças. Diversos pesquisadores dedicaram-se a estudar as relações estabelecidas entre “meninos de rua” e os educadores, revelando a centralidade dos educadores como fonte de apoio e referência na vida das crianças. (RIZZINI e BUTLER 2003, p.36)

Do ponto de vista logístico a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDESE enviou a cada gestor municipal, o convite para participar do trabalho, juntamente com um termo de compromisso e a solicitação da indicação entre dois a três representantes por município, cujo perfil foi pré-estabelecido (escolaridade, proximidade com as crianças e adolescentes do município, facilidade de comunicação, entre outros). Essas indicações passaram também pela seleção do Grupo de Trabalho, previamente estabelecido, que analisou o currículo de cada indicado.

A idéia foi que esses representantes seriam os responsáveis, monitores e multiplicadores do trabalho em suas respectivas cidades. Todos, em conjunto, passaram por um intenso processo de capacitação com a participação do Grupo de Trabalho. Nessa oportunidade, foram definidos os conceitos utilizados, as técnicas necessárias e como o trabalho seria desenvolvido.

Foram identificadas três grandes responsabilidades para os representantes/multiplicadores: A primeira, foi mobilizar nos municípios todos os parceiros que de alguma maneira estão relacionados com as crianças e adolescentes nas ruas. Foram incluídos desde Organizações Não Governamentais, setores da própria Prefeitura Municipal, Igrejas, Polícia Militar, Ministério Público, Conselhos, Delegacias do Trabalho, entre outros. É interessante observar que, nesse processo de mobilização, o próprio governo local, de uma forma ou de outra, acabava por tomar conhecimento da existência, dos parceiros e de seus serviços em seus próprios municípios..

A segunda responsabilidade foi dimensionar a necessidade de recursos humanos e selecioná-los, além de obter os recursos institucionais e materiais para a realização da pesquisa de campo, junto aos órgãos municipais e que também tiveram apoio material da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

A terceira foi capacitar os parceiros e entrevistadores. Com relação a esse último aspecto, houve uma participação intensa do Grupo de Trabalho. Onde diferentes membros desse grupo estiveram presentes nos vinte e um municípios, auxiliando e monitorando os representantes municipais, tanto durante a capacitação dos entrevistadores, como durante a pesquisa propriamente dita. Um aspecto fundamental, nesse processo foi a difusão unificada dos conceitos e definições utilizados, além da própria metodologia a ser empregada na pesquisa de campo.

É interessante observar que entre outros papeis, os parceiros foram importantíssimos no auxílio da localização das crianças e adolescentes nas ruas. Em suas atividades diárias, muitas instituições exercem diretamente ações nas ruas com essas crianças e adolescentes, tendo uma boa visão dos processos comuns ao público pesquisado. Outro auxílio fundamental foi o acompanhamento ou mesmo o preenchimento dos questionários “in loco” junto com os entrevistadores, facilitando, inclusive, o processo de abordagem das crianças, que tendem a ser arredias com desconhecidos.

De acordo com a metodologia, observou-se que as crianças e adolescentes que exercem ocupações nas ruas não estão dispersos de forma aleatória no espaço. Essas crianças acabam por estarem concentradas em determinados pontos, em certos horários.

Nesse sentido, a primeira atividade sugerida aos multiplicadores, foi exatamente, convidar os parceiros para em conjunto mapearem os pontos (manchas) de concentração e os horários onde as crianças e adolescentes poderiam ser encontrados. Depois de mapeados os pontos, a cidade seria percorrida pelos entrevistadores em diferentes horários (manhã, tarde e noite).

Percebeu-se que o trabalho, além da obtenção dos dados propriamente ditos, gerou efeitos altamente positivos junto aos representantes das Prefeituras e dos parceiros, entre eles: Um maior interesse e conhecimento dos problemas observados. Um maior comprometimento com os resultados do trabalho. Uma maior aproximação com o público atendido pelas entidades, além da troca de experiências dentro do próprio município e também com os demais municípios envolvidos no trabalho. Esse aspecto, de fato, foi o mais determinante para a formação da “rede” contra o trabalho infantil de forma estadualizada.

Em todo esse processo foram mobilizados e interligados para o trabalho mais de 460 pessoas nos 21 municípios em todas as regiões do Estado, entre parceiros e entrevistadores.

Especificamente na obtenção dos dados foram assumidos os riscos comumente envolvidos em pesquisas do tipo “survey” além do fato de que os entrevistadores de campo foram, basicamente, funcionários e ou representantes de entidades de âmbito municipal, treinados dentro do escopo da pesquisa.

Mesmo não trabalhando com pesquisadores profissionais, considerou-se que os benefícios obtidos, no que se refere à qualidade dos dados, foram maiores que os problemas porventura encontrados. Nesse sentido, os ganhos com a melhor identificação do público nas ruas e a maior facilidade de abordagem foram superiores que as perdas com determinados problemas na obtenção de respostas (validade dos dados). Além disso, o trabalho motivou ainda mais aquelas pessoas que comumente e em sua maioria, já trabalham com esse público no dia a dia, porém não tinham oportunidade de obter conhecimentos mais sistematizados e de forma global sobre a questão ou mesmo a oportunidade de discutir essas questões com os demais parceiros, muitas vezes, da mesma Prefeitura e ou do mesmo município.

De uma maneira geral, a grande maioria dos municípios desenvolveu a pesquisa de forma bastante satisfatória, envolvendo-se profundamente com o trabalho de campo. Houve, de fato, maiores problemas em apenas um município, cujos resultados não foram validados

pelo Grupo de Trabalho. Nesse caso, os multiplicadores tiveram problemas de ordem institucional na mobilização de recursos para o desenvolvimento dos trabalhos.

ALGUNS RESULTADOS

No total foram abordadas 3.028 crianças e adolescentes nos 21 municípios no período de 20 a 26 de agosto de 2007 (semana de referencia da pesquisa). O público alvo foram todas as crianças e adolescentes até 18 anos incompletos que estivessem nas zonas urbanas e nas ruas exercendo qualquer tipo de ocupação (incluindo-se nesses casos mendicância, tomadores de conta de carro, guardas mirins, etc..), durante os três períodos do dia (manhã, tarde e noite). Também foram incluídos as crianças e adolescentes com trajetória de rua que estivessem morando em abrigos temporários (casas de passagem) a menos de três meses, os quais foram mapeados e visitados. No caso das crianças muito pequenas, o questionário foi respondido por algum adulto ou jovem que as acompanhavam.

Após serem abordadas, as crianças e adolescentes respondiam a um questionário com 25 questões, onde as perguntas foram organizadas em sete blocos: Características individuais, educação, família, ocupação nas ruas, características do local onde morava, saúde/violência e expectativa de vida.

Sucintamente, os questionários válidos representaram 83,19% (2519 formulários) do universo pesquisado e as recusas representaram 16,81% (509 formulários).

É interessante observar que para analisar os números das crianças e adolescentes encontrados no município, não basta identificar seu número total de questionários respondidos. Muito provavelmente, o número de crianças nas ruas é influenciado pelo tamanho da população menor de 18 anos no município.

Dessa maneira, para se ter relativamente uma noção mais clara, da situação por município, procurou-se dividir o número de questionários aplicados pela população menor de 18 anos estimada para 2007. O que pode ser observado na Tabela 1.

Assim, observa-se que em termos absolutos, sem dúvida Belo Horizonte, apresenta a maior quantidade de crianças e adolescentes encontrados exercendo ocupações nas ruas,

porém em termos relativos, os municípios de Almenara e Muriaé ocupam as primeiras posições.

Como se pode inferir é possível fazer uma infinidade cruzamentos com as informações obtidas, nesse sentido, o principal objetivo da pesquisa foi exatamente, subsidiar as futuras ações do poder público e dos parceiros em cada município.

Assim, após a obtenção, crítica e tabulação dos dados, cada Prefeitura recebeu suas informações da forma mais detalhada possível, ou seja, indivíduo a indivíduo, de forma que as informações pudessem ser manipuladas de acordo com cada prioridade.

Na Tabela 1 são apresentados o número total de crianças abordadas e o seu número relativo por município.³

De uma maneira geral, para que os dados entre os municípios sejam comparáveis é necessário eliminar os efeitos do tamanho absoluto da população com idade abaixo de 18 anos. A diferença no número de jovens por município pode influenciar na quantidade de crianças encontradas em situação de rua.

**Tabela 1 - Crianças e Adolescentes de Rua e População Municípios de Minas Gerais
2007**

Municípios	População Total* 2007	População < 18 anos 2007**	Entrevistas e recusas	Pop Rua/Pop <18 anos (%)
Almenara	36.907	14.009	115	0,82
Belo Horizonte	2.412.937	720.886	990	0,14
Betim	415.098	158.184	85	0,05
Contagem	608.650	202.409	149	0,07
Divinópolis	209.921	66.040	161	0,24
Governador Valadares	260.396	90.241	119	0,13
Ibirité	148.535	58.046	177	0,30
Ipatinga	238.397	80.967	255	0,31
Janaúba	65.387	27.043	32	0,12
Januária	64.985	28.532	43	0,15
Juiz de Fora	513.348	152.331	43	0,03
Montes Claros	352.384	129.801	187	0,14
Muriaé	95.548	30.799	119	0,39
Ouro Preto	67.048	22.925	25	0,11
Poços de Caldas	144.386	43.430	34	0,08
Ribeirão das Neves	329.112	126.239	72	0,06
Sabará	120.770	43.027	80	0,19
Santa Luzia	222.507	81.748	55	0,07
Teófilo Otoni	126.895	45.119	100	0,22
Uberaba	287.760	87.049	163	0,19

* IBGE, 2007, referência 1o de abril, 2007, consulta dia 30/01/2008

** Dados estimados

Fonte: Pesquisa sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes de Minas Gerais, 2007

Para que esse efeito seja eliminado foi necessário calcular o número relativo das crianças em situação de rua. Essa variável foi obtida a partir do quociente entre o número encontrado de jovens na pesquisa e o total da população com até 18 anos incompletos estimados para cada municipalidade no ano de 2007 vezes 100.

Relativamente, os municípios que apresentaram uma maior proporção de crianças nas ruas não foram aqueles com maiores populações. Nesse caso, Almenara e Muriaé foram as cidades com maiores proporções de jovens em situação de rua. Ao contrário, localidades de grande porte como Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros e Betim apresentaram percentuais menores.

Após a divulgação inicial dos dados consolidados, aproveitou-se o momento de mobilização e curiosidade, por parte dos parceiros, para que a Secretaria Estadual de Defesa

Social sugerisse o desenvolvimento de Planos Municipais de Combate ao Trabalho Infantil nas Ruas.

Para a confecção dos Planos Municipais a metodologia repassada aos municípios (também, através de capacitações e acompanhados pelo Grupo de Trabalho), foi baseada no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes MDS(2006) e nas demandas identificadas a partir dos dados coletados na pesquisa de forma agregada para o Estado.

Foram estabelecidos cinco eixos nos quais cada município, junto com as entidades locais, mobilizados pela pesquisa, incluiu seus problemas, demandas e prioridades. Dentro dos eixos, entre outros objetivos, os municípios confrontaram os dados com as políticas locais realizadas, identificando carências e propondo ações inclusive para que recursos de custeio e investimentos fossem mobilizados.

Os cinco eixos foram:

- Rede de Atendimento: Esse eixo se refere ao dimensionamento e avaliação da oferta e demanda de todos os equipamentos sociais de atendimento a criança e adolescente no município.
- Articulação e Participação: Nesse grupo foi necessário identificar a maneira de mobilizar os mais diversos atores relacionados à questão da criança e adolescentes no município, especialmente aqueles potenciais parceiros que ainda não estão mobilizados.
- Mobilização Social: Aqui os parceiros definiram estratégias para sensibilizar a sociedade, mercado de trabalho, consumidores, etc... Quanto aos riscos envolvidos no trabalho infantil e, especialmente, aqueles em situação de rua.
- Políticas para a Família e Relações de Gênero: Nesse eixo foi solicitada a identificação de potencialidades e necessidades das famílias, definição de estratégias para reforçar a responsabilidade dos pais e especialmente dos homens no domicílio. Identificação da demanda por creches e outros serviços para mães trabalhadoras.
- Integração com outros municípios: Nessa categoria os municípios deveriam avaliar e formular ações quanto a necessidade de integração com os municípios vizinhos, especialmente no caso da Região Metropolitana, onde foi identificado que muitas crianças e adolescentes do município sede tem origem em outros municípios mais pobres da Região.

CONCLUSÕES

Após a formulação dos Planos Municipais de Combate ao Trabalho Infantil nas Ruas observou-se que, aqueles municípios mais pobres e com Prefeituras com menos recursos administrativos foram as que apresentaram maiores dificuldades em manipular os dados e informações. Houve um caso, que se percebeu que o município não mobilizou novamente a rede, dando a responsabilidade para a formulação do Plano para técnicos contratados. No entanto, vários gestores municipais identificaram no Plano uma boa possibilidade de expandir programas e obter maior volume de recursos, desenvolvendo ações de forma mais detalhada e específica.

Por outro lado, sem dúvida, um dos grandes desafios tem sido o de manter os contatos e a mobilização acionada a partir do desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, pelo menos dois aspectos têm contribuído bastante para isso: O primeiro é o próprio repasse de recursos para o desenvolvimento e ou reforço de ações das próprias prefeituras e organizações não governamentais. O segundo diz respeito à expansão nos municípios de uma série de programas muitas vezes já existentes nos âmbitos Federal e Estadual como, por exemplo, o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, além da organização e implementação de ações relativas aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

De fato, muitas vezes, cabe aos gestores e técnicos locais, a partir do conhecimento adquirido na sua vivência cotidiana ajustar as necessidades às características e limitadores dos programas existentes. Porém esses programas também, necessitam ser continuamente reavaliados e calibrados, fato que, na maioria das vezes, não ocorre.

Assim, para que os Planos Municipais de Enfrentamento do Trabalho Infantil de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua alcancem os objetivos propostos não basta a formação de uma rede interinstitucional para a identificação dessas crianças, definições de novas ações, requisição de mais vagas nos programas ou mesmo, a garantia de recursos.

Tem-se observado a necessidade de que a sociedade e o setor público propiciem fluxos contínuos de recursos para o médio e o longo prazos. Nisso também está incluído o

desenvolvimento de estruturas administrativas capacitadas, principalmente, no nível local, que permitam o monitoramento e o acompanhamento das crianças e de suas famílias. Também é necessário criar instrumentos para a própria avaliação das políticas, principalmente aquelas formuladas em diferentes âmbitos com os das esferas federal e estadual, que envolvam as especificidades dos habitantes de cada localidade, sob pena de não atingir eficazmente aquilo que se pretende.

CHILD AND ADOLESCENT LABOR ON THE STREETS: THE CASE OF MINAS GERAIS

ABSTRACT

In this article we analyze the experience of the 21 largest cities in the Minas Gerais State in their fight against child and teenage labor on the streets. We observe that it is very hard to develop inter-municipal and inter-section policies like those in the state sphere for issues related to child labor, particularly on the streets of the largest cities. We note that if on the one hand there are successful experiences and a good law on the issue, on the other hand there is a wide variety of concepts, actions, institutions and frameworks to deal with it.

Key-Words: Street children and teenagers, Work on the streets, methodology, Minas Gerais State.

Notas:

¹ Nesse artigo serão simultaneamente utilizados os termos trabalho e ocupação. Porém, pode-se conceituar ocupação como o conjunto articulado de funções e operações destinadas à obtenção de produtos ou serviços. Sendo o trabalho, especificamente, o esforço, a força necessária para a realização dessas tarefas. CBO (1994)

² Mesmo o ECA considerando a possibilidade de ser possível o trabalho de adolescentes a partir dos 14 anos, através da condição de aprendiz. Aqui, considerou-se que qualquer trabalho exercido nas ruas representa um alto grau de insalubridade e risco para esses jovens, sendo necessário um constante acompanhamento por parte da sociedade e do poder público no sentido de regular e coibir essa prática.

³ Aqui, deve-se observar que não é objetivo desse trabalho desenvolver análises mais elaboradas quanto aos dados obtidos na pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

CBO - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES *A Filologia na Classificação Brasileira de Ocupações*, Portaria Nº 1.334, de 21 de Dezembro de 1994.

CONCEIÇÃO Maria I. Gandolfo, SUDBRACK, Maria F. O. Estudo sociométrico de uma instituição alternativa para crianças e adolescentes em situação de rua: contruindo uma proposta pedagógica *Psicologia: Reflexão e Critica*, Porto Alegre, v.17, no 2, ,p.1-25, 2004

FERREIRA, Frederico P. M. e MACHADO, Sulamita Vidas privadas em espaços públicos: Os moradores de rua em Belo Horizonte, *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Ed. Cortez no 90, junho, pp. 102-121, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros-2005 Assistência Social*, Rio de Janeiro, Ed. IBGE, 2006

IMPELIZIERI, Flávia *Crianças de Rua e ONG's no Rio : Um Estudo do Atendimento Não Governamental*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1995

KOELLER, S. Hutz C. Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP*, 1(12), p.5-12. 1996.

LIMA, Ricardo Roberto A. e BURGER, Freda O Menor e o Mercado de Trabalho no Brasil: Da Crise ao Cruzado in CHAHAD, José Paulo e CERVINI, Ruben (org) *Crise e Infância no Brasil: O impacto das políticas de ajustamento econômico*, São Paulo IPE/USP/UNICEF, 1988.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*, Belo Horizonte, SESEDE/MG, 2006.

RIZZINI, Irene *Deserdados da sociedade: os meninos de rua da América Latina*; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1995.

RIZZINI, Irene e BUTLER, U. M. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas revisitando a literatura IN RIZZINI, Irene (Coord) *Vida nas Ruas, Crianças e Adolescentes nas Ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro, Editora Puc Rio, .2003.

RIZZINI, Irene (Coord) *Vida nas Ruas, Crianças e Adolescentes nas Ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro, Editora Puc Rio, .2003.

SILVA, Enid Rocha e MELLO, Simone G. de Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada” In , IPEA/CONANDA, *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*, Brasília, Ed. Ipea, 2004